



Relatório Verbal de Sessão

Prefeitura Municipal de Ibiacá
Estado do Rio Grande do Sul

PROJETO DE LEI Nº 12/2023, DE 22 DE MARÇO DE 2023.

Autoriza ao Poder Executivo a celebrar Termo de Fomento com a **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IBIACÁ** e dá outras providências.

✎ **ULISSES CECCHIN**, Prefeito Municipal de Ibiacá, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei Orgânica do Município,

✎ Faço saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, que enviou para a apreciação do Poder Legislativo Municipal o seguinte projeto de Lei:

✎ **Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Fomento com a **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IBIACÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.324.265/0001-51, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 545, nesta cidade de Ibiacá.

Parágrafo único. O Termo de que trata este artigo tem por objetivo auxiliar nos serviços prestados pelo Hospital - Fundação ao Município de Ibiacá e a população Ibiacaense, visando a prestação de atendimentos médicos-ambulatoriais de maior complexidade, procedimento em urgência e emergência, para cobrir despesas de materiais hospitalares em decorrência do atendimento médico e ambulatorial, procedimentos ambulatoriais, anestésicos, exames de endoscopia, colonoscopia, ecografia, eletrocardiograma e exames laboratoriais, para atendimento de pacientes nas observações e cedência de salas para funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde. Além de despesas pessoais com os funcionários da instituição, pagamento das horas de plantões médicos e demais itens citados no cronograma de execução. Os serviços instalados servirão para prestar acolhimento e atendimento ininterrupto ao conjunto de demandas espontâneas, disponível nas 24 horas do dia, em todos os dias da semana, sem a negativa de acesso.

Art. 2º O valor do repasse é de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), mensais, a ser repassado em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira no mês de abril em curso.

Art. 3º O Termo de Fomento a ser firmado entre o Município e a Fundação, será enviado à Câmara Municipal quando de sua assinatura.

Art. 4º As disposições desta Lei ficam inclusas no Plano Plurianual de Investimentos e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes neste exercício.



Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal n.º 1642 de 29 de setembro de 2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIACÁ
22 DE MARÇO DE 2023


ULISSES CECCHIN
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras,

Senhores Vereadores,

Cumpre-me encaminhar para a apreciação dessa Colenda Casa, o Projeto de Lei em apenso, que solicita autorização legislativa, a fim de que o Poder Executivo possa firmar novo Termo de Fomento com FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IBIACÁ e dá outras providências.

O Município mantém convênio com a FUNDAÇÃO - Hospital para os atendimentos na área de saúde, com a nova legislação aplicável a esta situação – Lei Federal nº 13019, se torna necessário a aprovação de nova lei, nos termos do Ofício em anexo.

O objetivo da realização de nova parceria é manter o atendimento médico, hospitalar e ambulatorial da população ibiacaense, promovendo a qualidade da assistência médica em serviços de saúde pública, de forma humanizada e por meio da gestão e capacitação de pessoas, buscar melhores resultados com melhor atendimento à população, valorizando os profissionais que trabalham na instituição.

Assim, passo às mãos de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei, permitindo-me solicitar sua tramitação em regime de urgência e esperando que pelas razões que ensejaram seu encaminhamento, receba dessa Colenda Casa Legislativa a unânime aprovação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIACÁ
22 DE MARÇO DE 2023


ULISSES CECCHIN
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

MINUTA DE TERMO DE FOMENTO Nº 1/2023

Termo de Fomento firmado entre o Município de Ibiacá e a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IBIACÁ, que tem por objetivo o auxílio nos serviços prestados pela Fundação – Hospital ao Município de Ibiacá e à população ibiacaense.

O **MUNICÍPIO DE IBIACÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 87.613.592/0001-03, com sede administrativa na Rua do Interventor, n.º 510, nesta cidade de Ibiacá-RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **Sr. ULISSES CECCHIN**, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 373.815.550-34 e RG n.º 1022407173, residente e domiciliado na Rua do Comércio, n.º 07, nesta cidade de Ibiacá RS, de ora em diante denominado simplesmente de **Administração Pública**, e, de outro lado, a **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IBIACÁ**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, n.º 545, inscrita no CNPJ n.º 95.324.265/0001-51, neste ato representado por sua presidente **Sra. JUSSELENE BASCHERA**, brasileira, inscrita no CPF n.º 437.831.800-82 e RG n.º 5029061156, residente e domiciliada na Rua Nova Fiume, n.º 371, na cidade de Ibiacá RS, **doravante identificada como FUNDAÇÃO**, com fundamento na Lei Municipal 1370/2017, Lei Federal n.º 13.019/2014 e na Lei Municipal -----/2023, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este Termo de Fomento, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Fomento, tem por objeto a prestação de atendimentos médicos-ambulatoriais de maior complexidade, procedimento em urgência e emergência, para cobrir despesas de materiais hospitalares em decorrência do atendimento médico e ambulatorial, procedimentos ambulatoriais, anestésicos, exames de endoscopia, colonoscopia, ecografia, eletrocardiograma e exames laboratoriais, para atendimento de pacientes nas observações e cedência de salas para funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde. Além de despesas pessoais com os funcionários da instituição, pagamento das horas de plantões médicos e demais itens citados no cronograma de execução. Os serviços instalados servirão para prestar acolhimento e atendimento ininterrupto ao conjunto de demandas espontâneas, disponível nas 24 horas do dia, em todos os dias da semana, sem a negativa de acesso, nos termos previstos nas cláusulas constantes deste instrumento.

2 - DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

2.1 - A título de contraprestação pelos serviços prestados pela FUNDAÇÃO o MUNICÍPIO repassará mensalmente o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), distribuídos da seguinte forma:

2.1.1 - R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) destinados ao pagamento do atendimento médico de urgência e emergência (plantão).



Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

2.1.2 - Até R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para cobrir despesas de material hospitalar em decorrência do atendimento médico e ambulatorial, além de medicamentos de uso interno da FHI.

2.1.3 - Até 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para exames de endoscopia, colonoscopia, ecografia, eletrocardiograma, entre outros.

2.1.4 - Até 74.000,00 (setenta e quatro mil reais) para recursos necessários com despesa de pessoal, compreendendo enfermagem, técnicos de enfermagem, farmacêutico, serventes, auxiliar administrativo e demais funcionários da Fundação.

2.1.5 - Até 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para exames laboratoriais para pacientes internados ou em observação na Fundação.

2.1.6 - Até 6.000,00 (seis mil reais) para custear despesas de água, luz, desinfecção, manutenção do elevador, internet, serviços de telefonia, programas hospitalar de cadastros e lançamentos de produção, aluguéis de 4 salas para a Secretaria Municipal de Saúde, dentre outros;

2.2 - O repasse será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente, após receber da FUNDAÇÃO a prestação de contas nos moldes do Decreto Municipal 1836/2017 e um relatório detalhado sobre os atendimentos efetuados e cópia de fichas de atendimento, contendo no mínimo, as seguintes informações:

- I – nome do paciente;
- II – data e hora do atendimento;
- III – diagnóstico;
- IV – tratamento indicados;
- V – intervenções realizadas, se for o caso;
- VI – internação.

2.3 - Fica estimado o repasse do valor acima estabelecido, correndo as despesas à conta da dotação orçamentária: 05.01.3350.41.00.00.00 - 2057 - Manutenção das Contribuições da Saúde – da respectiva lei-de-meios.

2.4 - Em caso de celebração de aditivos, deverão ser indicados nos mesmos, os créditos e empenhos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida.

2.5 - Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia da Administração Pública.

3 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 - Compete à Administração Pública:

- I - Transferir os recursos a FUNDAÇÃO de acordo com o Plano de Trabalho, em anexo, que faz parte integrante deste Termo de Fomento e no valor nele fixado;
- II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da FUNDAÇÃO pelo perfeito cumprimento das obrigações



Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

VIII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

IX - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

X - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;

XI - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XII - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XIII - Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIV - Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldos financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XV - Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a FUNDAÇÃO poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XVI - a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

4 - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, sendo vedado:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;

II - modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;

III - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

IV - pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;



Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

V - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

VI - realizar despesas com:

a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros;

b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e

c) pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

4.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública.

4.3 - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

4.5 - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

4.6 - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie.

5 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

5.1 - A prestação de contas deverá ser efetuada nos seguintes prazos:

a) mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da transferência dos recursos pela Administração Pública;

b) A prestação de contas final, ao final, dos recursos recebidos;

5.2 - A prestação de contas parcial e final deverá ser realizada de acordo com o que reza o Decreto Municipal nº 1836, de 12 de Maio de 2017.



Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará pelo período de 01 (um) ano, a partir de 01 de abril do ano de 2023, podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto, indicando valores de reajuste, se houver.

6.2 - A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa o atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

7 - DAS ALTERAÇÕES

7.1 - Este Termo de Fomento poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros e firmados antes do término de sua vigência.

8 - DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

8.1 - A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

8.1.1 - O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial, regendo sua fiscalização/gestão

9 - DA RESCISÃO

9.1 - É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

9.2 - A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

- I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;
- III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

10 - DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS



Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

10.1 - O foro da Comarca de Sananduva é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

10.2 - Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

11 - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o plano de trabalho anexo.

E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Ibiacá RS, ____ de _____ de 2023.

MUNICÍPIO DE IBIACÁ
ULISSES CECCHIN - Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IBIACÁ-RS
JUSSELENE BASCHERA - Presidente

Testemunhas:

4

Ibiacá, 19 de dezembro de 2022.

ASSUNTO: Alteração dos valores de Termo de Fomento com a Fundação Hospitalar de Ibiacá.

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho através desse, solicitar a alteração dos valores do Plano de Trabalho da Fundação Hospitalar de Ibiacá, conforme Lei Nº 1.642, DE 29/09/2022 ao qual autoriza ao poder executivo a celebrar termo de fomento com a Fundação Hospitalar de Ibiacá e dá outras providencias.

O valor atual repassado é de até R\$ 136.000,00 (centro e trinte e seis mil reais) mensais, o mesmo necessita de um valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) distribuídos da seguinte forma:

R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) destinados ao pagamento do atendimento médico de urgência e emergência (plantão);

R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para cobrir despesas de material e equipamentos hospitalares em decorrência do atendimento médico e ambulatorial, além de medicamentos de uso interno da FHI.

R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para exames de endoscopia, colonoscopia, ecografia, eletrocardiograma, entre outros.

R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil e reais) para recursos necessários com despesa pessoal, compreendendo enfermagem, técnicos de enfermagem, farmacêutico, serventes, auxiliar administrativo e demais funcionário da Fundação.

R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para exames laboratoriais de pacientes internados ou em observação na Fundação;

R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para custear despesas de água, luz, desinfecção, manutenção do elevador, internet, serviços de telefonia, programas hospitalares de cadastros e lançamentos de produção, aluguéis de 4 salas para a Secretaria Municipal de Saúde, dentre outros.

Justificativa:

A exigência do CORENRS na contratação de dois profissionais de enfermagem (enfermeiro padrão), conforme o processo 5001821-32.2020.4.04.7104, do exequente COREN/RS, ao qual apontou irregularidades no processo fiscalizatório 148-17-PAF, na data de 09 de setembro de 2017, sendo que desde essa data não houve regularização do seguinte apontamento: inexistência de enfermeiro onde são desenvolvidas as atividades de enfermagem, ao qual permanece a inexistência do profissional enfermeiro durante a noite I e noite II, sendo dessa forma que as técnicas de enfermagem atuam desacompanhadas de supervisão de enfermeiro em desrespeito à Lei do Exercício da Enfermagem n 7.498/1986.

Dessa forma, há aumento nas despesas da Fundação Hospitalar de Ibiacá, pois haverá o pagamento do salário, insalubridade 20%, adicional noturno, décimo terceiro salário, 1/3 de férias/mês, INSS, FGTS, totalizando uma média mensal em torno de sete mil reais cada contratação.

Desde já agradeço e coloco-me a disposição para maiores esclarecimentos.

Jusselene Baschera
Jusselene Baschera
Presidente da FHI

A/C Ulisses Cecchin
Prefeito Municipal de Ibiacá